



TEORIA E EXERCÍCIOS

SEMED BARCARENA-PA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BARCARENA PA

AUXILIAR DE TURMA (DOCENTE)

- ✓ Língua Portuguesa
- ✓ Informática
- ✓ Ética no Serviço Público
- ✓ Conhecimentos Específicos

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2026 – PMB/SEMED



Secretaria de Educação de Barcarena - PA

SEMED BARCARENA-PA

Auxiliar de Turma (Docente)

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Auxiliar de Turma (Docente) de acordo com o Edital nº 001/2026 - PMB/SEMED, da Secretaria de Educação de Barcarena - PA.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca Instituto Ágata, organizadora contratada para a realização do certame, e também complemento de bancas variadas, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS COM DOMÍNIO DAS RELAÇÕES MORFOSSINTÁTICAS, SEMÂNTICAS, DISCURSIVAS, ARGUMENTATIVAS E PRAGMÁTICAS.....	9
■ TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS.....	12
■ FUNÇÕES DA LINGUAGEM.....	22
■ COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAL.....	23
■ SEMÂNTICA.....	28
SENTIDOS DENOTATIVO E CONOTATIVO.....	28
SINONÍMIA.....	28
ANTONÍMIA.....	28
HOMONÍMIA.....	29
PARONÍMIA.....	29
POLISSEMIA.....	30
AMBIGUIDADE.....	30
■ FIGURAS DE LINGUAGEM.....	30
■ VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E NÍVEIS DE LINGUAGEM.....	34
■ MORFOLOGIA: CLASSES DE PALAVRAS.....	37
FLEXÕES NOMINAIS.....	38
Emprego dos Pronomes Relativos.....	45
Colocação Pronominal.....	46
FLEXÕES VERBAIS.....	47
Vozes do Verbo.....	49
■ ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS.....	53
■ SINTAXE.....	58
PERÍODO SIMPLES – TERMOS DA ORAÇÃO.....	58
PERÍODO COMPOSTOS.....	64
ORAÇÕES COORDENADAS.....	64
ORAÇÕES SUBORDINADAS.....	65

REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL.....	68
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	70
■ PONTUAÇÃO.....	76
■ ORTOGRAFIA OFICIAL.....	80
ACENTUAÇÃO TÔNICA E GRÁFICA.....	80
■ CRASE	82
■ LITERATURA BRASILEIRA: DO ROMANTISMO AOS DIAS ATUAIS.....	84
INFORMÁTICA	99
■ CONCEITOS BÁSICOS EM INFORMÁTICA.....	99
HARDWARE: UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO, PERIFÉRICOS E DISPOSITIVOS DE ENTRADA, SAÍDA E ARMAZENAMENTO DE DADOS	99
SOFTWARE: TIPOS DE SOFTWARE, SOFTWARE LIVRE E SOFTWARE PROPRIETÁRIO, CONCEITOS BÁSICOS DE SISTEMAS OPERACIONAIS	102
■ NOÇÕES DE AMBIENTE WINDOWS E DISTRIBUIÇÕES LINUX	104
CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO E DE GERENCIAMENTO DE ARQUIVOS E PASTAS, PERMISSÃO DE ARQUIVOS, BACKUP.....	104
■ CONCEITOS E FUNÇÕES DE APLICATIVOS DE EDITORES DE TEXTO, PLANILHAS ELETRÔNICAS, APRESENTAÇÕES: PACOTE MICROSOFT OFFICE E LIBREOFFICE.....	131
■ INTERNET: CONCEITOS BÁSICOS E SERVIÇOS ASSOCIADOS À INTERNET	174
NAVEGAÇÃO, CORREIO ELETRÔNICO, GRUPOS DE DISCUSSÃO, BUSCA E PESQUISA, PLATAFORMAS DE COMUNICAÇÃO E COLABORAÇÃO	175
ARMAZENAMENTO EM NUVEM.....	187
■ REDES DE COMPUTADORES.....	190
NOÇÕES BÁSICAS DE REDES DE COMPUTADORES, LAN, MAN, WAN E INTRANET, ENDEREÇAMENTO.....	190
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	197
■ ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E VALORES FUNDAMENTAIS	197
■ PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	200
■ DEVERES, PROIBIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO SERVIDOR PÚBLICO.....	203
■ CONDUTA ÉTICA NO AMBIENTE DE TRABALHO E NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO	213

■ LEI Nº 12.527/2011 – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	217
■ LEI Nº 13.709/2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	237

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS..... 263

■ ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: PRINCÍPIOS, FINALIDADES, ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO	263
■ LEI Nº 9.394/1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E SUAS ATUALIZAÇÕES.....	265
■ LEI Nº 8.069/1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E SUAS ATUALIZAÇÕES	293
■ LEI Nº 13.005/2014 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, E SUAS ATUALIZAÇÕES	347
■ LEI Nº 13.146/2015 – LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, E SUAS ATUALIZAÇÕES	352
■ DECRETO Nº 12.686/2025 – POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA, E SUAS ATUALIZAÇÕES; DECRETO Nº 12.773/2025	375
■ DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC	381
■ NOÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	393
CUIDADO, EDUCAÇÃO, ACOLHIMENTO, ROTINA ESCOLAR, DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E APOIO AOS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO	393
■ PAPEL DO AUXILIAR DE TURMA NO APOIO AO PROFESSOR E À EQUIPE PEDAGÓGICA.....	395
ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES ESCOLARES, ORGANIZAÇÃO DO AMBIENTE, APOIO À ROTINA DA SALA E COLABORAÇÃO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	395
■ LUDICIDADE, JOGOS, BRINCADEIRAS, INTERAÇÕES, LINGUAGEM ORAL E ESCRITA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA	396
■ LEI LUCAS - LEI Nº 13.722/2018	397
HIGIENE, ALIMENTAÇÃO, SEGURANÇA, BEM-ESTAR, PREVENÇÃO DE ACIDENTES, RELAÇÕES INTERPESSOAIS, ÉTICA, SIGILO, RESPEITO À DIVERSIDADE, INTERAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA E NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS.....	397



LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS COM DOMÍNIO DAS RELAÇÕES MORFOSSINTÁTICAS, SEMÂNTICAS, DISCURSIVAS, ARGUMENTATIVAS E PRAGMÁTICAS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

I INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

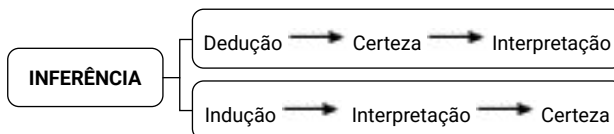
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

I A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto

INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS EM INFORMÁTICA

HARDWARE: UNIDADE CENTRAL DE PROCESSAMENTO, PERIFÉRICOS E DISPOSITIVOS DE ENTRADA, SAÍDA E ARMAZENAMENTO DE DADOS

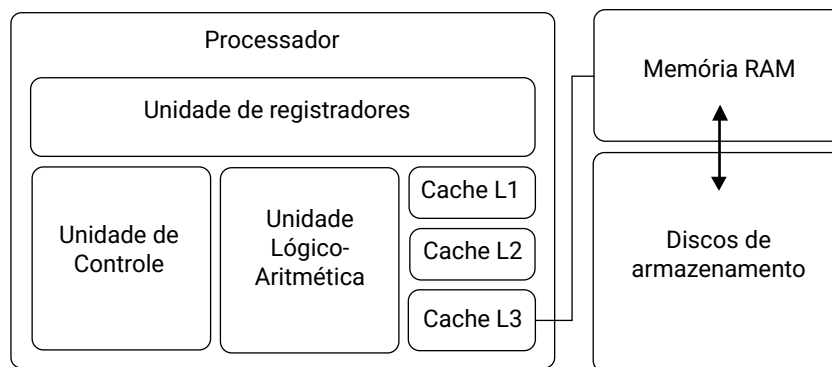
Existem várias formas de classificação do hardware, seja por meio da conexão, da natureza do componente, da utilização etc. Veja a seguir uma tabela, item por item, com os componentes de um computador, focando na conexão do componente e dicas relacionadas.

Dica

O processador do computador é o item mais questionado de hardware por todas as bancas organizadoras.

COMPONENTE INTERNO	DESCRIÇÃO	CONEXÃO E DICA
Processador	Principal item do computador. Instalado na placa mãe	Cérebro do computador, composto de três unidades: unidade lógica e aritmética ¹ , a unidade de controle ² e a unidade de registradores ³
Cache L1	Memória rápida nível 1 (level 1)	Próximo ao núcleo do processador
Cache L2	Memória rápida nível 2 (level 2)	Na borda do processador, próximo à memória RAM ⁴
Cache L3	Memória rápida nível 3 (level 3)	Na borda do processador, próximo à memória RAM. Alguns processadores novos possuem cache L3
Memória RAM	Memória principal	Adicionada nos slots de expansão da placa mãe, banco de memórias. Ela é temporária, volátil, de acesso aleatório

A seguir, vejamos um esquema do processador e seus componentes internos.



1 ULA, unidade matemática, unidade lógico-artmética, coprocessador automático.

2 Responsável pela busca da próxima instrução (que será executada) e decodificação.

3 Armazena os valores de entrada e saída das operações.

4 RAM – Random Access Memory – memória de acesso aleatório ou randômico. Conhecida como memória principal.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E VALORES FUNDAMENTAIS

Neste material, abordaremos a ética no serviço público. Este conteúdo é bastante importante e tem grande incidência em provas de concurso.

A ética, como sabemos, é uma área da filosofia. Desta forma, apresenta-se como uma ciência e possui as seguintes características:

- atemporal;
- universal;
- estável.

Dentro das áreas de estudo da ética, especificamente dentro de seu campo de análise, encontramos a moral. A moral, por sua vez, apresenta outras características, quais sejam:

- vinculada ao local;
- influenciada pela época;
- mutável.

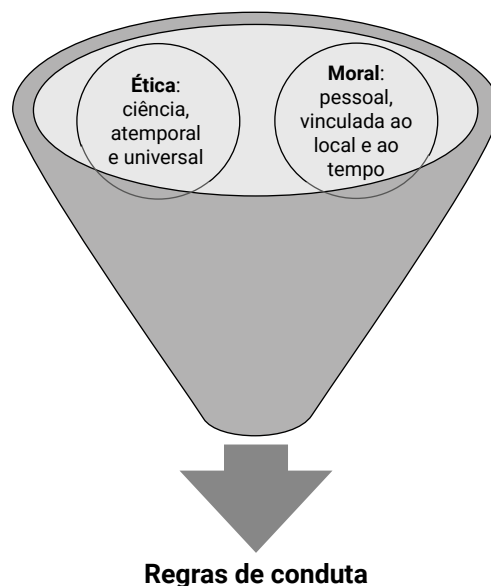
A moral está contida em seu tempo e em sua gente, por isto apresenta-se como mutável e influenciada pelo tempo e pela coletividade.

Considerando essas diferenças, podemos formular as seguintes indagações: será que a ética no âmbito público é estabelecida por meio de código de ética? Se sim, para que servem tais códigos de ética?

A resposta para a primeira pergunta é **sim**! A ética no serviço público é regulada através de códigos de ética, que servem como diretrizes para orientar as ações dos servidores públicos em determinadas atividades, momentos e locais.

E não é só! A ética no serviço público está absolutamente ligada ao estudo da **moral**, e não pode ser diferente. A ética no serviço público é prescrição de conduta, é teoria aplicada na prática, é ação. As atividades desenvolvidas são, sobretudo, de execução e, justamente por isso, seu regramento deverá ser um espelho da moral de um local em um período.

Observe o fluxograma a seguir para auxiliar a compreensão do desenvolvimento da matéria.



Definidos esses contornos tão importantes para o entendimento da matéria, vamos seguir desenvolvendo nosso conteúdo. A ética profissional é um conjunto de normas que formam a mentalidade do profissional e representam ordem para a sua conduta. O profissional ciente da sua ética profissional, ou seja, dos regramentos que deve seguir em suas atividades laborais, cumpre as atividades de sua profissão seguindo os valores e princípios impostos pela sociedade e pelo seu grupo de trabalho.

Quando pensamos nos funcionários públicos, seja qual for seu vínculo com o serviço público, temos pessoas obrigadas a aplicar um conjunto de valores éticos e normas de comportamento para que os cidadãos possam acreditar na eficiência da máquina pública. A própria lei possui formas de coerção para penalizar o servidor público que age em desacordo com suas atividades.

Dica

Os códigos de ética de cada categoria sintetizam e aplicam os conceitos que apresentamos aqui. Ou seja, prescrevem condutas, determinam direitos e deveres, além de reger como se dariam as punições e qual o seu alcance.

Neste ponto, aproveitando os conhecimentos que estamos trabalhando, vamos falar sobre o texto do art. 37, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), de 1988. Esse artigo traz os princípios que devem ser seguidos pela Administração Pública direta e indireta. Tais princípios serão estudados aqui e desdobrados nos estatutos ou códigos de ética de cada categoria.

A Constituição determina que:

Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

O mnemônico LIMPE é uma forma eficiente de lembrar destes princípios que são materializados em regras de conduta:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: PRINCÍPIOS, FINALIDADES, ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO

Os princípios, os fins, a organização da educação nacional, os níveis e as modalidades de ensino estão presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei Darcy Ribeiro. As especificidades das modalidades de ensino também estão presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que são normas obrigatórias para a Educação Básica e orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino.

Importante!

LDB — Lei nº 9.394, de 1996: Lei Nacional para as instituições públicas e privadas de ensino, disciplinando apenas a educação escolar.

DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL — LDB

Os atuais princípios e fins da educação brasileira estão definidos no Título II — Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, nos arts. 2º e 3º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O art. 2º afirma:

Art. 2º *A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

O art. 3º enumera catorze princípios no qual fundamentam as atividades do ensino no Brasil e possui detalhes interessantes. Veja:

Art. 3º *O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;*
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;*
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;*
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*
- VII - valorização do profissional da educação escolar;*

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

XV - garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

(BRASIL, 1996, grifo nosso)

Estes princípios, estão em consonância com o art. 206, da Constituição Federal, e visam a oferecer o ensino com condições de qualidade.

Tivemos a última alteração da LDB sancionada no dia 03 de agosto de 2021, a qual dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Assim, a Lei nº 14.191 altera a LDB, no âmbito do art. 3º, incluindo o princípio XIV, impondo que devem ser respeitadas a diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo cegas e com deficiência auditiva sinalizante.

I EDUCAÇÃO BÁSICA — LDB

No que se refere à organização em níveis, o art. 21º dispõe que a educação se compõe em:

- I — educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- II — educação superior.

Em seu art. 22, a Lei estabelece o compromisso de:

Art. 22 *A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.*

Parágrafo único. São objetivos precípuos da educação básica a alfabetização plena e a formação de leitores, como requisitos essenciais para o cumprimento das finalidades constantes do caput deste artigo.

O artigo dispõe sobre os propósitos da educação básica e, dessa forma, ressalta-se que o grande fim é desenvolver o educando. Neste artigo, a LDB ressalta: **cidadania, trabalho e estudos.**

I AS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA — LDB

Cada uma das etapas da Educação Básica é dotada de especificidades e demandas pedagógicas, intrínsecas a cada uma das fases da escolarização.

Educação Infantil — LDB

A Educação Infantil é ofertada em creches ou instituições equivalentes para crianças que tenham até três anos de idade. Essa etapa escolar só passa a ser obrigatória no Brasil para crianças de 4 a 5 anos de idade, sendo facultativo o ingresso nos anos anteriores.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO